

24 horas

Hoje ao meio-dia a "anunciada comunicação" do Chefe do Estado

ESPANHA não será beneficiada por medidas do Conselho de Ministros. O Conselho de Ministros não se reuniu hoje, ao meio-dia, para discutir a situação da Espanha. O Conselho de Ministros reuniu-se hoje, ao meio-dia, para discutir a situação da Espanha. O Conselho de Ministros reuniu-se hoje, ao meio-dia, para discutir a situação da Espanha.

Conselho de Ministros: 3.ª feira será conhecida a situação do funcionalismo

A situação do funcionalismo português será conhecida na 3.ª feira, quando o Conselho de Ministros se reunir para discutir a situação do funcionalismo português.

O Conselho de Ministros reuniu-se hoje, ao meio-dia, para discutir a situação do funcionalismo português.

O Conselho de Ministros reuniu-se hoje, ao meio-dia, para discutir a situação do funcionalismo português.

O Conselho de Ministros reuniu-se hoje, ao meio-dia, para discutir a situação do funcionalismo português.

O Conselho de Ministros reuniu-se hoje, ao meio-dia, para discutir a situação do funcionalismo português.

O Conselho de Ministros reuniu-se hoje, ao meio-dia, para discutir a situação do funcionalismo português.

O Conselho de Ministros reuniu-se hoje, ao meio-dia, para discutir a situação do funcionalismo português.

O Conselho de Ministros reuniu-se hoje, ao meio-dia, para discutir a situação do funcionalismo português.

O Conselho de Ministros reuniu-se hoje, ao meio-dia, para discutir a situação do funcionalismo português.

O Conselho de Ministros reuniu-se hoje, ao meio-dia, para discutir a situação do funcionalismo português.

O Conselho de Ministros reuniu-se hoje, ao meio-dia, para discutir a situação do funcionalismo português.

O Conselho de Ministros reuniu-se hoje, ao meio-dia, para discutir a situação do funcionalismo português.

O Conselho de Ministros reuniu-se hoje, ao meio-dia, para discutir a situação do funcionalismo português.

O Conselho de Ministros reuniu-se hoje, ao meio-dia, para discutir a situação do funcionalismo português.

O Conselho de Ministros reuniu-se hoje, ao meio-dia, para discutir a situação do funcionalismo português.

O Conselho de Ministros reuniu-se hoje, ao meio-dia, para discutir a situação do funcionalismo português.

O Conselho de Ministros reuniu-se hoje, ao meio-dia, para discutir a situação do funcionalismo português.

O Conselho de Ministros reuniu-se hoje, ao meio-dia, para discutir a situação do funcionalismo português.

O Conselho de Ministros reuniu-se hoje, ao meio-dia, para discutir a situação do funcionalismo português.

O Conselho de Ministros reuniu-se hoje, ao meio-dia, para discutir a situação do funcionalismo português.

O Conselho de Ministros reuniu-se hoje, ao meio-dia, para discutir a situação do funcionalismo português.

O Conselho de Ministros reuniu-se hoje, ao meio-dia, para discutir a situação do funcionalismo português.

O Conselho de Ministros reuniu-se hoje, ao meio-dia, para discutir a situação do funcionalismo português.

O Conselho de Ministros reuniu-se hoje, ao meio-dia, para discutir a situação do funcionalismo português.

O Conselho de Ministros reuniu-se hoje, ao meio-dia, para discutir a situação do funcionalismo português.

O Conselho de Ministros reuniu-se hoje, ao meio-dia, para discutir a situação do funcionalismo português.

O Conselho de Ministros reuniu-se hoje, ao meio-dia, para discutir a situação do funcionalismo português.

O Conselho de Ministros reuniu-se hoje, ao meio-dia, para discutir a situação do funcionalismo português.

O Conselho de Ministros reuniu-se hoje, ao meio-dia, para discutir a situação do funcionalismo português.

O Conselho de Ministros reuniu-se hoje, ao meio-dia, para discutir a situação do funcionalismo português.

O Conselho de Ministros reuniu-se hoje, ao meio-dia, para discutir a situação do funcionalismo português.

Transportes Aéreos Portugueses:

Má situação económica e perigo de despedimentos

OS TRANSPORTES AERÉOS PORTUGUESES (TAP) encontram-se numa situação económica muito difícil, com o risco de despedimentos em massa. A situação económica do TAP é muito difícil, com o risco de despedimentos em massa. A situação económica do TAP é muito difícil, com o risco de despedimentos em massa.

Funcionários públicos levam propostas a S. Bento

OS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS levaram propostas a S. Bento, apresentando sugestões para a melhoria das condições de trabalho e remuneração. As propostas foram apresentadas aos deputados da Assembleia da República.

Trabalho em Angola de refugiados de Namíbia:

Advogados americanos escrevem a M. Soares

ADVOCADOS americanos escreveram uma carta ao Sr. Soares, pedindo a libertação dos presos políticos em Angola. Os advogados afirmam que a situação dos presos políticos em Angola é muito difícil e que a libertação deles é necessária.

18 milhões de contos levantados e regresso das remessas dos emigrantes

FORAM levantados 18 milhões de contos para o regresso das remessas dos emigrantes. O governo português anunciou que vai levantar 18 milhões de contos para o regresso das remessas dos emigrantes.



OTELO SARAIVA DE região do MOVIMENTO DAS

O que se passa em Luanda?

ESPAÑA: A Maçonaria em Portugal está organizada para fazer uma revolução

"Depoimento" de Marcelo Caetano sai dentro de dois meses

O depoimento de Marcelo Caetano será publicado dentro de dois meses. O depoimento de Marcelo Caetano será publicado dentro de dois meses.

Companhias petrolíferas cedem aos revendedores de combustíveis

AS COMPANHIAS petrolíferas cedem aos revendedores de combustíveis. As companhias petrolíferas cedem aos revendedores de combustíveis.

Um longo dilema

Um longo dilema que se coloca perante a situação económica portuguesa. Um longo dilema que se coloca perante a situação económica portuguesa.

OMEGA
COSMIC 2000
Um novo conceito
em relógios impermeáveis

OMEGA
tem a confiança do Mundo



Hoje ao meio-dia a "anunciada comunicação" do Chefe do Estado

SEGUNDO uma nota distribuída pelo Ministério da Comunicação Social, o Presidente da República fará hoje, pelas 12 horas, "a sua anunciada comunicação ao País". A alocação será transmitida em directo, do Palácio de Belém, pela Rádio-telvisão Portuguesa.

Esta comunicação do Chefe de Estado era esperada pelo menos desde que, no seu discurso de tomada de posse, o primeiro-ministro Vasco Gonçalves anunciou que, em breve, o general António de Spínola teria algo a dizer ao País sobre a evolução do processo da descolonização.

Entretanto, depois de amanhã, pelas 10 horas, e igualmente no Palácio de Belém, o Presidente da República confere posse ao novo governador de S. Tomé e Príncipe, tenente-coronel Veloso.

Conselho de Ministros: 3.ª-feira será conhecida a situação do funcionalismo

A SESSÃO de ontem do Conselho de Ministros, presidida pelo coronel Vasco Gonçalves, prolongou-se até depois da meia-noite, em 5. Bento.

Da extensa agenda de trabalhos constavam vários assuntos, cuja discussão continuará. Um deles, de extrema importância para a enorme classe dos trabalhadores da função pública, estava em apreciação quando uma comissão entregou, à tarde, a proposta contendo vários pontos reivindicados.

A saída do Conselho, o ministro Vítor Alves respondeu a perguntas dos representantes dos órgãos da Informação, esclarecendo que o critério de apreciação do Governo, da proposta entregue pelos trabalhadores públicos é, no fundamental, coincidente com o espírito da proposta.

"Verificámos com satisfação tal identidade de critérios", apontou o major Vítor Alves, "o problema estará apenas naquilo que o órgão público poderá suportar".

Interessa-nos cumprir o programa do MFA e não se fala em atender às classes mais desfavorecidas. Na próxima terça-feira creio que poderá ser conhecido o resultado da apreciação em curso".

O ministro sem pasta esclareceu depois, em resposta a questões que lhe foram postas, que a Junta Governativa para Angola, terá nomeada em Luanda pelo ministro Eusebio Costinho e informou que, dentro dos próximos 30 dias, estará elaborado e aprovado o novo Estatuto Orgânico daquele território.

"A visita do secretário-geral das Nações Unidas é uma prova de confiança na honestidade das nossas intenções", afirmou o ministro respondendo a outra pergunta sobre a emissão do reconhecimento, por parte do Governo, da República da Guiné-Bissau. "Serão abordados os problemas da descolonização", prosseguiu, "e é provável que surjam elementos novos em relação ao caso específico da Guiné". Dentre os outros assuntos apreciados pelo Conselho, salientam-se as directivas para saneamento e afinação de critérios nos serviços públicos e a Comissão Interministerial constituída e que antontem tomou posse.

Formam também definidas as instruções por que se regerá a comissão que vai à Madeira e aos Açores para tratar de problemas sociais, de emprego e aplicação do salário mínimo.

No que se refere à Economia, o titular da pasta fez uma larga exposição sobre a situação das pescas.

Provável aumento de preço dos "diários"

TEM DECORRIDO no Gêrnio Nacional de Imprensa Diária reunidos dos representantes das empresas jornalísticas, com vista a um novo aumento do preço dos jornais diários. O novo preço, que poderá vir a ser instituído já em Agosto, será, em princípio, de 5500, embora haja empresas que defendam dever ser o aumento apenas de 1500, passando assim o preço para 3850.

Consideram as empresas que o aumento que se propõem efectuar se justifica pelo acréscimo de encargos das empresas jornalísticas e que a legislação em vigor sobre preços lhes permite efectuá-lo quando desejarem.

Campanha de Alfabetização em Agosto

COMEÇARÃO no próximo dia 1 de Agosto os ensinamentos cursos de Alfabetização, iniciativa da Comissão pré-UNEP (União Nacional dos Estudantes Portugueses) e que levarão algumas centenas de estudantes às regiões rurais do Norte e do Centro do País, com a missão de auscultar a população sobre os seus principais problemas económicos e sociais.

Entretanto, o número inicialmente inscrito para as várias brigadas, há a registar a não participação (decidida posteriormente) de cerca de 100 estudantes (principalmente de Ciências) por discordâncias quanto ao modo de levar a efeito semelhante campanha e por acharem que os actuais modelos a aproximar bastante de uma via paternalista relativamente às populações.

A acrescentar a isto, acontece que os organizadores da campanha teriam limitado a idade da inscrição (18 anos) o que pressupõe imediatamente o afastamento de estudantes livres interessados em colaborar nela.

Franco deixa clínica amanhã?

MADRID (da nossa enviada, Helena Vaz da Silva) — Embora ainda sem confirmação oficial, sabe-se que Franco deve sair amanhã da clínica. Aproxima-se assim o momento de saber se se confirmam os rumores anteriores quanto a circular de que Franco fará regressar a poder às suas mãos logo que esteja restabelecido.

Por outro lado, surgiram ontem pela primeira vez, no boletim oficial, sete decretos assinados por Juan Carlos de Bourbon. Embora não se saiba ainda que significado atribuir ao facto, a verdade é que esta notícia mereceu honra de primeira página na imprensa espanhola.

A mesma imprensa, por outro lado, indigna-se em coro com o mau tratamento sofrido pela equipa espanhola de hóquei em patins em Lisboa. Referindo o editor do "Pueblo" que titulava "Insulzáveis" na primeira página, o "Arriba" de ontem afirma a sua repulsa sugerindo que as forças da ordem não cumpriram o seu dever, reprimindo indivíduos que obviamente contradiziam a imagem que Portugal tenta dar de si próprio.

Semana Nacional

Spínola visitou Santarém

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, general António de Spínola, deslocou-se antecessamente a Santarém, para assistir às comemorações conjuntas do Dia do Exército e do Dia da Cavalaria.

Acompanhavam o Presidente vários elementos da casa Militar e Civil e, cerca das 11 horas da manhã, o general Spínola apoucou-se do helicóptero que o transportou e recebeu as saudações do chefe de Estado-Maior do Exército, comandante da Região Militar e outras entidades militares e civis que o aguardavam na parada da Escola Prática de Cavalaria daquela cidade.

Mais tarde, o presidente Spínola dirigiu uma alocução à população local, recordando o papel preponderante que a cidade, os seus habitantes e guarnição desempenharam na histórica madrugada do 25 de Abril.

A certa altura, o general António de Spínola: "Recordo neste momento o comportamento do bom povo de Santarém nos dias trágicos, lá há tão tantos anos, em que Portugal perdeu a sua independência; mas essa independência nunca foi perdida na alma e no coração da gente de Santarém, que no momento próprio soube acompanhar os movimentos de Lisboa, reagindo da maneira mais extraordinária de que se pode orgulhar um povo. Desta vez, foi da Escola Prática de Cavalaria, das portas deste velho quartel, que saíram as forças que tiveram acção decisiva no arranque do 25 de Abril. E foi a um esquadrão de Santarém que o governo do velho regime se rendeu."

Empossados quatro novos Conselheiros de Estado

TOMARAM antecessamente posse no gabinete de Presidente da República os quatro oficiais votados pelas Forças Armadas para conselheiros de Estado. Os novos membros do Conselho de Estado são o tenente-coronel Franco Charais, o major da Força Aérea José Bernardo Casas e Castro e os capitães Duarte Nuno Pinto Soares e Vasco Correia Lourenço.

O representante da Força Aérea não é pois o major Morais, referido no "EXPRESSO" da décima semana, que havia sido votado numa primeira reunião de delegados das unidades. A votação definitiva teve lugar em sessão posterior, depois de assegurada a representatividade dos votantes, designando então o major Casca e Castro pela FAP.

Os quatro conselheiros de Estado que agora assumiram as suas funções fazem-no em substituição dos representantes das Forças Armadas que tinham assento naquele órgão de soberania e foram chamados a ocupar lugares no segundo Governo Provisório.

Novos Secretários e Subsecretários de Estado

OS SECRETÁRIOS e Subsecretários de Estado do segundo Governo Provisório foram empossados pelo Presidente da República, na quarta-feira de manhã em Belém. A cerimónia assistiu o primeiro-ministro Vasco Gonçalves e os ministros que formam o seu gabinete.

O general Spínola teve para os novos governantes palavras de estímulo e de confiança, referindo a importância do acto público a que se procedia e assinalando as responsabilidades que assumiam, em tarefa difícil em que é preciso ultrapassar as tendências partidárias para levar a bom termo o processo de democratização que se vive no país.

Para além dos secretários e subsecretários de Estado já indicados pelo EXPRESSO no último sábado, foram nomeados e empossados mais os seguintes:

Ministério do Trabalho: dr. Carlos Alberto Carvalhas (Trabalho), eng.º Pedro Santos Coelho (Emigração) e eng.º José Halseiro Fragata (Emprego).

Ministério do Equipamento e Ambiente: tenente-coronel Amadeu Garcia dos Santos (Obras Públicas), eng.º Manuel Lima (Transportes e Comunicações), arq.º Nuno Parias (Habitação e Urbanismo) e eng.º José Carlos Viana (Indústria Mercante).

Ministério da Educação e Cultura: eng.º Protes da Fonseca (Administração Escolar), professora Maria de Lourdes Obelchior (Assuntos Culturais e Investigação Científica), dr. António Avelas Nunes (Desportos e Acção Social Escolar) e dr. Rui Gráçin (Orientação Pedagógica).

Ministério dos Assuntos Sociais: major médico da Força Aérea, dr. Cruz e Oliveira (Saúde), dr. Santa Clara Gomes (Segurança Social).

Juntas governativas para Angola e Moçambique

SEGUIU PARA LUANDA o almirante Rosa Coutinho, presidente da Junta Governativa que substituiu o governo-geral daquele território.

À sua chegada ao aeroporto de Luanda, o almirante Rosa Coutinho anunciou que será dentro em breve publicado um Estatuto Orgânico consagrando a autonomia administrativa de Angola, decidindo ainda: "As Forças Armadas incumbem desde agora, e vamos ver se não durante muito tempo, o honroso encargo de ajudar Angola a encontrar por si própria os caminhos da democracia, em cima de paz e de confiança — isto é que é necessário — paz e confiança que possam ser aproveitados todos os homens de boa vontade e todas as boas vontades, independentemente de cor política ou de cor de pele."

Entretanto, chegaram a Lourenço Marques três membros do MFA, que tudo indica vieram a fazer parte da Junta Governativa já criada e para a qual se fala nos nomes de Gáetano de Melo e Soares de Melo. O último pediu a demissão do cargo de governador-geral de Moçambique, que desempenhava desde há semanas, tendo sido tomado público um comunicado do governo-geral de Moçambique informando que a criação das juntas governativas é o resultado da necessidade de reforçar a autoridade dos governos, nomeadamente para enfrentar possíveis alterações da ordem pública.

*Multada em 150 contos
a revista
"Economia & Finanças"*

A COMISSÃO "AD HOC" para a imprensa aplicou uma multa de 150 mil escudos à revista "Economia & Finanças", por considerar que os dois números de Julho da referida publicação contêm matéria reaccionária e agressões ideológicas.

No ofício enviado pela Direcção-Geral da Informação, pelo qual era notificado o director da revista, salienta-se que do exame dos números 318 e 319 da revista se "concluiu estar em presença de exames típicos de agressão ideológica reaccionária, patente na quase totalidade dos seus artigos, editoriais e notícias. Por agressão ideológica reaccionária entende-se aqui a rebeldia sistemática e alarmista à insegurança e intranquilidade que o País actualmente conheceria, em contraste com o regime anterior cujos processos são inclusivamente recordados em tom elogioso e saudosista."

A mesma comunicação refere ainda as alusões que em vários artigos dos citados números atingem a isenção e honestidade de membros do Governo.

Três meses depois: Um xadrez (quase) completo

3 MESES EXACTOS sobre o 25 de Abril, o quadro das linhas políticas portuguesas encontra-se praticamente completo.

Mais depressa do que muitos observadores esperariam, o espectro político encontra-se reconstruído, correspondendo às várias correntes de opinião uma ou várias organizações partidárias.

Se este facto por si só é marcador de uma análise exaustiva, a ele se junta o de o número de partidos políticos tender a normalizar-se, pela função de vários deles ou pelo seu natural perecimento ou perda de projecção. O que também significa que, dentro de poucos escassos meses, teremos um painel partidário tendencialmente análogo ao de várias democracias da Europa Ocidental.

Tentaremos, então, efectuar um exame estático das diversas forças políticas, que completaremos no próximo número com uma visão dinâmica das relações actuais ou previsíveis entre elas.

Comecaremos da esquerda para a direita, sem preocupação imediata de uma hierarquia de acordo com a respectiva expansão na sociedade portuguesa.

A primeira característica da extrema-esquerda é a sua dispersão, dispersão aliás largamente explicável pela heterogeneidade da sua inspiração ideológica, que vai desde a trotskista LCI até ao maonista MRPP, e desde o Movimento Libertário Português aos vários partidos marxistas-leninistas dissidentes do PCP.

Melhor, seria, portanto, falar em extremas-esquerdas.

A sua representatividade é de difícil apreciação, e está longe de ser uniforme.

Por um lado, o peso dos vários Partidos (dos quais uns se reclamam da legalidade, outros da clandestinidade, embora com manifestações legais) não é idêntico.

Por outro lado, ele concentra-se sobretudo nos centros urbanos, e em determinados sectores populacionais como o estudantil, o intelectual, e, também em certos casos, o operário.

Até ao presente, o movimento mais consistente tem sido o MRPP, mas outros, como o PRP e o PCP-DML têm também surgido a público com a exposição das suas linhas de orientação.

A URMIL e o CARP têm igualmente gerado alguma atenção, mas em grau muito menor.

Não dominam têm as ex-

tremas-esquerdas afirmado uma capacidade de acção apreciável no jornalismo. Da "Luta Popular" (MRPP) à "Revolução" (PRP-BP) até aos três jornais marxistas-leninistas não maonistas, mas também ditos "não revisionistas", uma nova imprensa apareceu, socialmente empenhada, e politicamente muito crítica da coligação no poder e sobretudo do PCP.

● Não surpreenderá ninguém considerar-se o PCP o mais forte partido português do momento. Já o era, de resto, em virtude da sua organização e da sua longa experiência de militância, no dia 25 de Abril.

A sua expansão é, no entanto, de difícil medida. Mesmo não contando com os membros que continuam na clandestinidade ideológica com as afirmações de Alvaro Cunhal à chegada ao aeroporto de Lisboa, o PCP tem hoje ainda decerto o maior quadro de militantes. O maior e melhor organizado.

Uma imperativa disciplina interna, que reforça a sua coesão, e uma grande maleabilidade externa têm sido as suas armas nos últimos três meses.

Em termos de implantação regional o PCP tem uma clara radicação nos grandes centros urbanos industriais (Lisboa, Porto e Setúbal), e em distritos agrários onde predomina a exploração latifundiária (Beja e Santarém).

Noutros regiões tem aparecido mais paulatinamente, atendendo à reacção populacional decorrente de décadas de acção atacante feita pelo regime anterior.

No quadro do trabalho o PCP é o mais forte. A presença dos seus membros na Interindustrial e na liderança de muitos sindicatos coroa uma acção lenta do passado.

No meio estudantil, existe a UEC e o trabalho de militantes do PCP tem contribuído para animar a UNEP.

Inclusive, uma das preocupações neste plano é a do trabalho de base no ensino secundário, e o estabelecimento de laços humanos entre os estudantes e a população rural, mediante campanhas de alfabetização, saarlária ou de apoio social.

No domínio jornalístico, o PCP dispõe de um órgão oficial — o "Avante".

Mas, os seus militantes têm afirmado a sua presença quase em todos os jornais diários, em publicações periódicas, na rádio e, embora menos, na TV.

Em termos de liderança (termo pouco usável em partidos deste tipo) a personalidade de Alvaro Cunhal é a mais impressiva perante a opinião pública. Tanto mais que se tem feito eco de uma posição moderada, simpática ao bom senso burguês. Não é, porém, de excluir que dentro do PCP uma dialéctica exista entre esta linha e a posição das bases, que, acatando a disciplina interna, nem por isso deixando, talvez, de exprimir o desejo de rápida satisfação de reivindicações da pequena burguesia e da classe operária. A próxima eventual reunião da Comissão Central alargada será um bom teste.

● É discutível se o MES (que se não considera a si próprio um Partido) está mais à esquerda do PCP ou não. A mesma questão, de resto, se poderia colocar quanto a certos sectores do PS. Mas, a arumação que fizemos obedece à ideia de um atenuo corte das posições do MES e do PS.

Quanto ao MES cumpre saber, antes do mais, se os seus aderentes querem dar a homogeneidade mínima e o tom de um partido político. Isso mesmo se encontram eles a discutir hoje e amanhã em Lisboa, em Lincozero Nacional. Porquê, se o fizerem, o MES apresenta condições de alargada acção política. Programaticamente aponta para um modelo socialista de autogestão e impõe-se o de ver de o prosseguir sem o que considera compromissos de ocasião. Tem uma ampla ligação na juventude universitária e mantém uma clara ligação com o mundo do trabalho, só ultrapassada pelo PCP, e que tende a contestar a supremacia deste.

Também possui "quadros" intelectualmente significativos. Em contrapartida, a sua expansão global e regional é muito inferior à dos três partidos no Governo, não dispondo de particular acesso à informação (para além da assiduidade dos adretnes como colaboradores do EXPRESSO).

Se alguns dos seus membros mantêm relações com o PS e gostariam, provavelmente, de ver possível uma íntima colaboração, outros pensam mais em termos de futura ablação de sectores do PS, constituindo no seu parecer o MES o partido socialista do futuro.

Outra, por seu lado, o PSP, apenas embroado em 25 de Abril, aglutina — no dizer do seu Secretário Geral — uma ala social-democrática, uma ala marxista, em que se costuma incluir Mário

Soares, e uma ala cristã-progressista, com o núcleo no Movimento Socialista Popular.

Reconhecendo o PSP o direito à tendência, coexistem no seu acção institucionalizados agrupamentos dotados de dinâmica própria, como o GAPS.

E sinais manifestos dessa dinâmica têm ressaltado do assinado conjunto de opiniões verificado em comícios entre representantes do GAPS e do PS, bem como nos respectivos comunicados.

O volume numérico do PS deve ser, neste momento, inferior ao FCP, mas a sua difusão regional maior e mais equilibrada.

Já os seus recursos financeiros e a sua capacidade de organização parecem muito inferiores, se compararmos atentamente as campanhas de carixas, as publicações e as outras actividades de propaganda desenvolvidas.

A presença do PSP nos meios regionais é, portanto, muito acentuada, mas já há menos do que a do FCP e do MES nos meios estudantil e trabalhador.

A tentativa do PS de criação de sindicatos livres, de que se tem ocupado Marcelo Curto para se fugir ao controlo monopolista da Intersindical pode vir a ser uma interessante experiência no futuro.

No PS, sobretudo na ala marxista, que é a mais jovem, a mais activa e com maior penetração doutrinária (recorde-se Mário Sottomayor Cardia, Marcelo Curto e António Reis) é corrente a ideia de uma futura abstracção de largos sectores do MES, bem como a da entrada de alguns dos membros dos corpos sociais da SEDES ide que é exemplo a presença de António Guterres, membro do Conselho Coordenador da SEDES e das Comissões Política e Directiva do PS.

O PS tem um jornal oficioso (a "República"), e tem disposto de influência predominante no "Diário de Notícias", e sa TV.

Se no MES é impossível mencionar líderes (e se poderá apenas falar no maior número de intervenções de pessoas como Joaquim Mestre e Victor Wengeroewitz), no PS Mário Soares continua o número um, pelo seu papel interno e sobretudo pelos seus contactos com a liderança Socialista, que tem apoiado o partido.

E, apesar de ser sensível o apagamento gradual da ala social democrática, ligada a Soares por longo tempo de amizade, a sua posição parece relativamente estável no futuro próximo.

Programaticamente social-democrático, o PPD tem menos tempo de duração do que o FCP e até do que o PS. Aquinhã duas linhas convergentes. Uma — a de vários socialistas reformistas e socialistas democratas, candidatos e militantes da oposição democrática, sobretudo nas eleições presidenciais de 58, e legislativas de 57, 61, 65 e 69. A outra — a dos chamados deputados "liberais" e outros elementos que há precisamente um ano se reuniram no então denominada "Encontro Político dos Liberais".

Estas linhas não correspondem, porém, as duas alas do Partido, que, a existirem, não se institucionalizam em grupos como no PS. A haver uma ala esquerda ela apontará doutrinariamente para uma social-democracia como um meio de construção de socialismo em liberdade, e a direita para a estabilização lenta do próprio modelo social-democrático. Neste contexto, é difícil apontar líderes para as duas alas, na primeira das quais tem um papel relevante a Juventude Social-Democrática.

Sá Carneiro — agora disponível para um trabalho total no PPD — representa a unidade das duas hipotéticas alas, unidade que a sua presença actual parece permitir reforçar. Simultaneamente, o PPD dispõe de uma capacidade financeira e administrativa que se afigura ficar a meio caminho entre o FCP e o PS.

Tal como o PS, tem montada uma vasta rede regional. As suas ligações ao mundo estudantil são muito ténues, e no mundo do trabalho poderá desempenhar um papel importante, já que, como o PS, se encontra a trabalhar aceleradamente no sector.

Um dos seus mais fortes triunfos é a qualidade dos seus "quadros", vindos do sector público e privado. Esternamente, o PPD tem condições para manter relações íntimas com vários partidos sociais-democratas, sobretudo nos países europeus em que eles se distinguem dos socialistas. Também partidos liberais de esquerda, tipo Alemanha e Canadá (ambos aliás no poder) têm manifestado o desejo de estreitamento de relações com o PPD.

Quanto aos meios de informação, é tido como provável o próximo aparecimento do órgão do partido. Alguns militantes do PPD têm exposto as suas ideias através do jornal EXPRESSO, embora a título não exclusivo, já que se trata dum jornal não alinhado partidariamente. E, poderá não estar longe algo sobre a imprensa diária e a posição do PPD.

Um outro partido existe no centro-esquerda, Pequeno mas combativo. Trata-se do Partido Popular Monárquico. Embora sele coexistam elementos efectivamente social-democráticos e outros mais conservadores, o PPM tem defendido o que se apelida de "monarquias nobrescas".

Por esta expressão têm os comentaristas políticos entendido a social-democracia que tem governado nos países nórdicos, como de resto em Estados republicanos. Assim sendo, as posições do PPM tenderão a aproximar-se das do PPD, já que a sua feição monárquica é intencionalmente pouco acentuada. A expansão do PPM é razoável em alguns meios regionais, mas muito menor nos meios de comunicação social e em manifestações externas nos grandes centros urbanos. Dispõe de um núcleo de jovens denominados a Juventude Monárquica Revolucionária e o líder publicamente apresentado é Gonçalo Ribeiro Telles.

A direita do PPD, e antes de chegarmos à direita mais radical, encontram-se o Centro Democrático Social, e ainda os pequenos Partidos Social Democrático de Palma Carrión e Social Democrático Independente.

Destes, o que apresenta as evidentes condições de sobrevivência e expansão é o CDS. O PSDP (para já não falarmos do PSDI) encontra a sua clientela teórica ocupada pelo PPD e a sua clientela prática ocupada pelo CDS. E, pois, natural que depois de um curto período de reavaliação, o PSDP admita que não preencheu nenhuma das clientelas, que não logrou a divisão do PPD, que não critica o aparecimento do CDS, e que aceita que se verifique que a personalidade de Palma Carrión é hoje bem vista em muitos círculos de centro-direita e direita, não lhe reconhecem os observadores a saúde e energia para animar e liderar um partido, mesmo um partido a pendur conservador, que terá de ser obra da geração dos 30.

E, assim sendo, o partido da parte da geração dos 30, conservadora, mas europeia, é o CDS. O seu programa, aliás muito bem pensado, tenta ser um apelo "centrista" dirigido ao PPD, e todo ele aponta para uma coligação com aquele. (ver Programa na pág. 6 como Publicidade redigida).

O CDS terá também eie possivelmente duas alas — a ala progressista, mais aberta ao que se impõe seja uma "socialista" ou "trista" e a ala reaccionária, a ANP de ontem, a direita próprio senso".

Ambas as alas foram a "nova direita" de Marcello Caetano, que sempre discrepou dos "liberais" de então, com quem nunca quis alinhar politicamente. Mas, uma ala ficou marcada pela sua coligação. A outra saiu menos marcada em termos pessoais.

O leader do CDS tenderá a ser Diogo Freitas do Amaral. Já o era da "nova direita". Pode até-lo por maioria de razão agora, conselheiro de Estado do novo regime, reunindo um conjunto de qualidades que nenhum outro dos preponentes apresenta. A menos que mais nomes surjam do mesmo teor, e categoria, o que não parece provável. O que vai ser a máquina regional do CDS não é difícil calcular — até porque já se restabelece agora essa alternativa. No plano externo, não já tivemos os contactos com giscardianos franceses e com os conservadores ingleses. No domínio da informação não parece de excluir o acesso futuro a um quotidiano liberto da tarde, o lançamento de novos jornais bem como é acilie como pacifica e burocratizada capacidade financeira que se proporciona ao CDS.

Como já previamos antes, o MFP ganhou nova dimensão transformando-se em Partido do Progresso. Com ele tem mantido íntimas relações o PTP, o PL e o MPP. Já o solitário Partido Democrata Cristão tem reservado a sua posição em relação a estes agrupamentos.

Parece pois concebível a tendência para todos aqueles partidos de direita radical se unirem ao PP, e não ser que alguns prefiram unir-se ao CDS. Aliás, a transformação do MDP no PP não ocorreu isoladamente da criação do CDS. Representantes do primeiro assistiram a reuniões preparatórias do segundo. O papel do PP será o de um partido aguercido, não muito voluntoso, mas cobrindo razoavelmente pela direita as posições do CDS.

Parece prematuro apontar nomes de futuros líderes, embora nos mais jovens Diogo Pacheco do Amorim seja dos mais falados. A capacidade financeira do futuro partido nesta linha também não deverá suscitar particulares preocupações.

Intencionalmente, ficaram para o fim duas associações cívicas com posição muito diversa mas que prestaram e em certa medida, prestam um contributo para a democratização da sociedade portuguesa.

O MDP/CDE era, conjuntamente com o PCP, a única estrutura funcionante no dia 25 de Abril. Dal e do militantismo das suas bases a expansão que alcançou nas autarquias locais e nos meios de comunicação social. E também daí a sua representação no governo. No MDP/CDE — como é sabido — se integravam militantes do PCP, do PS, do MES e do PPD. Isso lhe permitia a reivindicação de uma omnirepresentação democrática, que o diferenciava radicalmente da SEDES que nunca assumiu tal papel. Simplesmente, o PS, o MES, o PPD foram nas últimas semanas deixando claro que a função do MDP/CDE se estava a esvanecer, substituída pela acção dos diversos partidos. E o MDP perdeu mesmo a sua presença no Governo Provisório. Se aqueles partidos se pronunciaram largamente, já o PCP nunca exprimiu a sua opinião sobre o futuro papel do MDP.

A defendê-lo apareceram, portanto, só alguns militantes em jorvais com relevo para o "Diário de Lisboa" e no "Século", órgãos da imprensa em que, desde 25 de Abril, tinha sido manifesta a expressão das suas ideias.

A SEDES, ao invés do MDP, reservou-se uma mera actividade reflexiva nela coexistindo membros do PPD e, menos, do PS, bem como elementos não alinhados partidariamente. A SEDES não empreendeu qualquer acção sobre as autarquias locais, nem em outro sector, que pudesse ser considerada como de representação das várias forças democráticas.

N. S.

Como homenagear o M. F. A.

ATRAVÉS DA TELEVISÃO, alguns milhares de pessoas assistiram, na passada quinta-feira, ao comício de Lisboa, comemorativo de três meses de revolução. Ouviram cinco oradores, reconheceram o hino nacional, fixaram a música de duas canções repetidamente entoadas pela assistência e acompanhadas pela banda e decifram algumas das palavras de ordem («Unidade», «Abaixo a reacção», «Fim da guerra», etc.) que as deficientes condições sonoras lhes trouxeram. Testemunharam uma manifestação de massa bem organizada, na qual tomaram parte activa algumas dezenas de milhares de pessoas de Lisboa e dos arredores, muitas destas transportadas para o local em autocarros e outros meios especialmente previstos.

Qual o impacto, ao nível nacional, de uma reunião deste tipo?

O seu objectivo essencial era homenagear o Movimento das Forças Armadas. Homenagem justa, porque foram os oficiais nele integrados que fizeram o 25 de Abril e, em grande parte, têm sido eles a controlar e orientar a tremenda aceleração histórica verificada em Portugal desde essa data. Homenagem necessária, porque, no momento em que o MFA assume responsabilidades políticas directas, através da sua participação no Governo Provisório, é preciso não só recordar-lhe a importância que esse envolvimento tem para o êxito da revolução, mas também significar-lhe que, apesar dos muitos problemas ainda por resolver, existe confiança no triunfo dos ideais democráticos que estão na base do 25 de Abril.

A finalidade primeira de homenagear o MFA não terá, todavia, sido plenamente atingida. Não porque certos oradores basessem política partidária ou pessoal. Não por outros oradores terem necessitado de conseguir transformar em entusiasmo e simpatia a frieza e antipatia com que haviam sido acolhidos; não pelo comportamento (aliás, disciplinado e ordeiro) da multidão. Mas pela sensação de um certo vazio com que se ficou, depois de cerca de duas horas de comício.

Para quem a acompanhava pela televisão, a reunião foi-se transformando, insensivelmente, numa competição. Atribuiu-se prioridade à intensidade dos aplausos, à força das palavras de ordem, ao número dos cartazes e bandeiras. Promotores e aderentes, conscientes da presença televisiva de parte substancial dos futuros eleitores, pareceram sobretudo preocupados com a divulgação de uma imagem poderosa dos seus agrupamentos políticos.

Logicamente, os oradores viram-se obrigados a adaptar-se às circunstâncias. Para além dos aspectos demagógicos contidos em algumas intervenções, resultou a vontade de agradar, o receio de perturbar consciências e digestões a insistência em lugares comuns mais ou menos disfarçados.

Dai a sensação de vazio já referida. Não se encaram de frente os problemas que afligem neste momento o povo português. A crise económica, a descolonização, a institucionalização das liberdades, foram, é certo, mencionadas, mas não se apresentaram soluções, não se caminhou, em termos de unidade na pluralidade, para objectivos definitivos.

Claro que, por exemplo, o discurso de Álvaro Cunhal teve pontos importantes. O facto de considerar a revolução referendada pelo 1.º de Maio, apesar de mais adiante, se ter referido a eleições livres, pode marcar uma viragem na política e na acção do Partido Comunista. Por mais relevante que isso seja, trata-se, no entanto, de uma posição partidária e não preenche as lacunas já apontadas.

Poderá dizer-se que, naquele tipo de reunião, não seria possível ir mais longe, que a composição do elenco dos oradores, foi equilibrada, que discursos, como os de Miller Guerra ou Felicidade Alves, introduziram facetas interessantes dos diversos problemas portugueses, que foi oportuna a revelação das posições de Magalhães Mota e Mário Soares, etc. A verdade, porém, é que, numa reunião de âmbito tornado nacional pela Televisão e pela Rádio, em que se prestou homenagem ao Movimento das Forças Armadas, as mensagens saíram fragmentadas e imprecisas.

O caso só por si não é grave, mas leva a pensar sobre qual a melhor forma de homenagear o MFA. Não é através da via partidária exclusiva, porque o 25 de Abril não foi feito para servir um partido, seja ele qual for. Não é através da demagogia ou da superficialidade, porque a revolução portuguesa de 1974 significa acção e não palavras. Não é através de promessas e de adiamentos, porque o MFA agiu consciente de que há questões que não podem ser retardadas.

Será talvez através de uma acção limpa e corajosa — em que, não apenas no campo político, os portugueses, mantendo a pluralidade de posições, mostrem ser capazes de funcionar em conjunto para a construção de um Portugal melhor — que o MFA se considerará homenageado. A revolução não foi feita para termos um país igual ou pior. Os militantes de 25 de Abril não sairiam para a rua se não estivessem convencidos de que esses compatriotas os apoiariam na tarefa do ressurgimento nacional.

Para que Portugal ande para a frente, é necessário que os portugueses trabalhem sem virar a cara, sem olhar para horários, sem pensar em descansos.

Temos uma crise económica à porta. Devemos minimizar os seus efeitos e procurar soluções para já, e para, daqui a um ano, sairmos da incómoda posição em que nos encontramos nas estatísticas europeias.

Portugal a trabalhar, na política, na economia, no sector social, na cultura. Essa será a melhor homenagem que podemos prestar ao Movimento das Forças Armadas.

LOURENÇO, Eduardo

Prefácio provisório para um futuro guia do eleitor português

Eduardo Lourenço

"TODO O poder corrompe. O poder absoluto corrompe absolutamente" (Lord Acton).

"Menos capacidade se tem para exercer o poder, mais ardentemente se deseja" (Chauteaubriand).

Se se exceptua uma parte da classe política portuguesa e uma considerável fracção de estudantes universitários — como já é da tradição desde Garrett, super-politizado: —, a grande maioria das pessoas que o Movimento das Forças Armadas vai colocar pela primeira vez na situação de eleitores livres, conhece mal ou ignora quase totalmente, as linhas de força do actual tabuleiro político, as orientações defendidas dos partidos, as suas origens históricas e doutrinais, as atitudes e solidariedades a nível mundial, muitas vezes até nem distingue siglas e emblemas ainda sem passado verdadeiro. Esta situação de interesses e consistente despolitização é o resultado lógico de uma época que reduziu a vida política à sua expressão mais simples: de um lado um partido único, que colocara em seu proveito toda a "verdade" política, do outro uma oposição legal, só periodicamente ressuscitada ou admitida à má cara num jogo eleitoral falseado de raiz. Entre os dois, a massa indiferenciada e indiferente da maioria dos cidadãos portugueses, muitos deles, aliás, excluídos até da expressão formal dos seus direitos civis.

É claro que esta "indiferença servia óbvia e objectivamente o regime defunto. Mas era natural que a massa dos portugueses fosse indiferente a um jogo político sem verdadeiros jogadores.

O "Fulanismo"

O tema do regime corporativo de Salazar consistiu em persuadir os cidadãos de que não havia problema político propriamente dito. A "política" era um sub-produto da ordem administrativa, um exagero irritante e anacrónico que a perfeição totalitária do regime não conseguia diluir completamente. O Governo representava, por definição, o interesse comum, a sua acção só era "política" de maneira negativa, como simples defesa contra tudo e todos que na sua óptica, lesavam esse famigerado e socialístico "bem comum"; cujo perfil, conteúdo e finalidades coincidia apenas com o interesse histórico bem preciso de uma classe dirigente particularmente retrógrada, limitada e prepotente. Era em nome dela, e para bem exclusivo dela, que o regime de Salazar e de Marcello Caetano não fazia política: governava, geria, paternal e sabiamente os destinos colectivos de uma Nação em estado de minoridade perpétua.

É escusado epilogar hoje, longamente, sobre os males de toda a ordem suscitados por esta configuração monstruosa da liberdade e da autonomia política, levado a cabo por essa maioria fanática, dura, e sobretudo hipócrita, só possível na medida em que soube a tempo cobrir com o manto da referência cristã e da honorabilidade burguesa.

O mais grave e o mais valível foi o de ter permitido uma aventura africana que arrastou o país pouco a pouco para um impasse generalizado de onde o MFA nos libertou.

Más daquilo que o Movimento não podia libertar-nos, daquilo a que só o tempo, a organização, a vigilância crítica, a experiência concreta das liberdades adquiridas nos poderá libertar, é do tremendo vazio ideológico que se deparou de repente ao País após tantos anos de anormal vida política. Sob muitos aspectos, no dia seguinte ao 25 de Abril, Portugal era um país nu. Os milhares de cravos com que se revestiu uma semana depois, não apagaram nem inverteram esse fabuloso vazio ideológico, foram apenas uma espectacular e bem lustrada maneira de tapar à pressa a nudez entrevista. Devido do vinho novo da liberdade, o povo português soube inventar a mais fraternal das suas festas populares, mas sabendo-se nu, despojado à força e ainda estremunhado, de um sonambulismo político e ideológico de meio-século. Apenas uma fracção da esquerda portuguesa sabia então quem era e onde estava. Para toda a restante população portuguesa e a nível diverso, a surpresa, e em seguida, o traumatismo, foram completos. Se nos atívemos às aparências, poder-se-ia crer que nas duas semanas após a restauração da legitimidade política em 25 de Abril, só duas forças políticas com carácter próprio existiam no país: o Partido Comunista e o Partido Socialista. A bem dizer, a existência deste último, a súbita ascensão do seu líder, fixaram parte da surpresa.

Um "jeu de Dupes"

Esta hegemonia espectacular da esquerda portuguesa, porventura sem relação suficiente com as verdaderas linhas de força e as exigências ideológicas da nossa colectividade, não era um milagre: apareciam a superfície e tomavam o primeiro papel aqueles grupos, forças, doutrinas e homens que durante dezenas de anos tinham encastrado com mais consciência e empenho o anti-regime. Um dos seus leites e "slogans" obsessivos e imbecis do antigo regime era o de tratar de comunistas todos os opositores sem distinção. Era previsível que no dia em que esse regime explodisse, o benefício maior e quase exclusivo da fatal amalgamação reverteria nos jeres para os "monstruosos papões". A mais inequívoca prova desta capitalização politica em seu favor consistiu na adopção rápida e universal de termos ou epitetos eficazes, de larga folha de serviços durante a luta antifascista. Um país que se acomoda mais ou menos bem ao corporativismo salazarista, descobre de um dia para o outro que viveu sem saber sob o império do fascismo, adopta e alarga a infamante nomenclatura e aplica-a generosamente a quem empirio crêia a todas as attitudes que revilam de qualquer forma de autoritarismo ou respeito hierárquico. Isto não significa que um dia para o outro o substantivo vácuo ideológico da sociedade portuguesa se transforme numa plenitude. A hiper-politização sóbica que se abateu sobre o País é o reflexo inverso e natural da ausência de consciencialização politica caracteristica do regime anterior. Ao simplismo do combate politico fascista tinha de corresponder numa primeira fase, uma simplificação brutal e torrencial dos dados politicos nacionais. Desta simplificação maciça e em virtude da rigidez orgânica e organizacional que o caracteriza, o primeiro e espectacular benefício sóbico tinha de ser fatalmente o Partido Comunista, notavelmente enquadrado e conduzido com mão de mestre. Mas seria absurdo e tolo pensar que este triunfo se deve a uma espécie de invenção pastiches do regime fascista, o Partido Comunista é uma formação consciente da sua finalidade, força e oportunidade, que teve a energia e a audácia de se criar sozinho e de perseguir sozinho um combate na aparência sem esperança. A única coisa que o regime fascista fez, foi em função dos seus objectivos reaccionários e especificos, a de exagerar a sua "importancia" real, criando assim um ser imaginário que naturalmente deseja agora coincidir com a antiga ficção.

M. E. S.: Em busca duma pureza prática

Na própria semana da queda do antigo regime, o público português descobre com espanto, entusiasmo ou apreensão, que entre as forças que apoiam o Movimento (ou sobre que ele se apoia?) e lhe prolongam os reflexos populares, se encontra em primeira linha, consciente dos seus ditames e desfaldando sem complexos a bandeira soviética, simbolo da revolução e subversão, o "maldito Partido Comunista." Este simples facto podesse fazer crer ao conjunto da população portuguesa que o país se encontrava diante de uma autentica revolução. Verdade ou lúlio, vários partidos, e entre eles logicamente, o Partido Comunista — mas mais moderado e adulto que outros — comportar-se-ão como se assim fosse. Este comportamento é um dos dados fundamentais da actual e complexa situação portuguesa.

A entronização fulgurante do Partido Comunista no xadrez politico nacional é um acontecimento de importância histórica, cujas consequências só o futuro estará em condições de apreciar. O modo da sua entrada no jogo politico, a hegemonia que desde logo se atribuiu contanto tanto ou mais na definição e conteúdo desse futuro — que é o nosso — do que a sua realidade própria. O carácter espectacular do fenómeno introduziu de chofer, no apenas recém-nascido mundo democrático, uma componente especifica que cumpre explicitar, para evitar o risco de uma falsa compreensão da realidade politica portuguesa. O que foi lógico e se explica por cinquenta anos de maciça despolitização pode levar a crer, que nem só dia e como por milagre, o país passou do conformismo fascista mais repugnante, ou da indiferença, para uma tomada de consciência revolucionária, explosiva, colocada sob a égide desse antigo partido encardido, consertido por obra e graça das Forças Armadas, na vanguarda da democracia portuguesa. Seria interpretar mal a realidade das coisas e o projecto politico do MFA: o Movimento pensou o bem, que sem a total expulsão das forças politicas portuguesas, e entre elas, a cabeca, o Partido Comunista, não podia haver democracia em Portugal. Pode discutir-se a maneira como traduziu o seu projecto na prática, não a própria existência desse projecto. Que o Partido Comunista beneficiou, como era de esperar legitimamente, da explosão da liberdade outorgada em que consistiu essa maneira, é innegável e esse fenómeno faz já parte integrante do nosso breve passado democrático. No espaço de algumas horas obtivemos uma legitimação popular, uma audição e uma ressonância que em condições do processo politico democrático normal necessitaria de anos.

Sem transição

Fenómeno paradoxo, embora diverso, sucedeu em fins de o momento da libertação. O Partido Comunista português colheu os justos frutos de uma longa luta clandestina que o colocara no papel de inimigo público número um do regime deposedo, honra cara que os seus militantes pagaram com sacrificios inumeráveis, torturas, sangue. Mas seria desastroso para o futuro democrático do nosso país e para o próprio partido, que o carácter excepcional do fenómeno contribuisse, uma vez mais, para fomentar uma visão deformada, mitificada, da nova realidade politica portuguesa. O sucesso, a legitimação, podia dizer-se a "nacionalização" do Partido Comunista não podem fazer esquecer que antes de chegar ao conteúdo desse mesmo espectacular vácuo ideológico criado pelo desmoronamento sóbico do regime corporativista-fascista. A uma imagem irreal, absurda e negativa, do Partido Comunista, sucedeu um transição outra igualmente irreal, mas agora positiva, e referida a rostos célebres ou conhecidos, evoluiu no aplauso sincero mas ainda inorgânico da multidão. A serviço, ou por ordem, da antiga propaganda fascista detentou-se ou combateu-se um partido clandestino fantasmagórico. O Movimento triunfante aplaudiu-se e aplaudiu-se um partido que surge à luz do dia consciente da sua força real ou potencial e sabendo o que quer e para onde vai para reempregar a curiosa frase que M. Niedergang applicou ao seu célebre secretário-geral. Quem o sabe menos é a generalidade do país e como os caminhos de ambos estão destinados a não poder distinguir-se intrinsecamente, é bom que o cidadão comum comee por saber o essencial e sermonear o que é, quem é e o que pretende este, até à pouco, clandestino e perseguido Partido Comunista Português. É natural, urgente e mesmo até vital para os destinos da frágil democracia portuguesa conhecer a fundo a natureza e os objectivos de cada uma das forças politicas que solicitam os seus sufrágios. Mas acima e mais do que o de outras, os daquela formação, cuja imagem de marca sofreu no espaço de uma semana, os olhos de uma parte considerável do público nacional, uma alteração de estado, graúta, para não dizer trazesmos e sessenta...

Embora menos espectacular, o que aconteceu com o Partido Comunista, sucedeu igualmente, sobretudo ao nível das individualidades, com o Partido Socialista. Também de célebres homens banidos ou excluidos da participação politica portuguesa, passaram a ocupar, com o partido que representam, um lugar

marcante na vida pública nacional. Não eram reconhecidos como os líderes do Partido Comunista, poderiam mesmo ter sido, por momentos "interlocutores válidos", mas nem por isso a sua possível credibilidade política os podia re-introduzir no circuito político do antigo regime, sem profunda alteração do sistema.

Na verdade, e embora por motivos diferentes, eram tanto ou mais inassimiláveis que o próprio Partido Comunista. Ainda na última fase do regime e aproveitando o exiguo espaço das "liberdades eleitorais", souberam lançar um movimento de espécies autónomo e ir ao encontro de um eleitorado de esquerda potencial, não hipotecado ao Partido Comunista. Esta inscrição clara no panorama das forças oposicionistas portuguesas, a necessária organização partidária que supõe e a que deu lugar, continuada no exílio de alguns dos seus líderes mais representativos por um trabalho frutuoso junto das instituições ou figuras da Intelectualidade Socialista, permitiram ao Partido Socialista reestruturado desempenhar um papel capital na viragem da situação política portuguesa. O Partido Socialista e o seu secretário-geral, apareceram nas primeiras horas do Movimento como referência e caução supremas de uma revolução desejosa de conciliar a genérica massa dos portugueses hostis ao regime debruçados, em suma como uma espécie de "esquerda razoável", com quem é natural e mesmo necessário instaurar abertamente o primeiro grande diálogo democrático, penhor de todos os outros. É do domínio público que o secretário deste Partido soube compreender com particular acuidade esse papel predestinado, apresentando-se em Lisboa, após vários anos de exílio, no momento próprio e capitalizando assim para um partido de massa eleitoral mais fluente e aleatória que a do Partido Comunista, um fervor e um entusiasmo inegáveis. Esse gesto e a acção que posteriormente o confirmou constituem um factor decisivo da nossa vida democrática, a bem dizer o seu "sine qua non". Isto significa que, independentemente da sua força efectiva e, em todo o caso, para o período de transição em que nos encontramos, o fervor suscitado pelo Partido Socialista constitui o cimento indispensável de um futuro democrático, digno desse nome. O perfil, o peso, o alcance desse fervor, mais ligados do que no caso do Partido Comunista à tradição pessoal dos seus líderes de que a uma estrutura já rodada por longos anos de combate político, constituem uma das incógnitas da nossa situação actual. É a médio e longo prazo, em dos dados capitais do nosso jogo democrático. Em princípio, o facto da sua estruturação recente, o provável recrutamento do seu eleitorado, mais de média ou pequena burguesia que proletário, porventura também mais cidadão que rural, colocam o Partido Socialista numa certa perspectiva "complexada" em relação ao triunfalismo inerente ao "partido de massas" que é, ou desejava ser o Partido Comunista português. Esse "complexo" pode ler-se na inegável fascinação que este último exerceu no interior mesmo do Partido Socialista, e que se traduz para este, na dificuldade de explicitar

com clareza e eficácia política a diferenças que realmente o separam do primeiro.

Uma hegemonia espectacular

Ante ao presente, o Partido Socialista continua prisioneiro de pressões unitaristas herdadas do tempo da comuna, fatal e justa luta anti-fascista que criou entre outros, grupos ou uniões políticas do género M.D.F. ou da C.D.E., que sobreviveram como organismo autónomo, apesar da ruptura legal dos partidos. É um "jeu de dupes" de que o Partido Socialista está consciente e que o não serve, mas de que não poderá libertar-se sem explicar com o máximo de força e clareza essa diferença, óbvia para quem conhece a tradição e a gestação do socialismo europeu — dogmático e pluralista, mas pouco susceptível para a generalidade dos eleitores. Não há, aliás, razão alguma para que um partido que pode reclamar-se da grande tradição europeia socialista — a partir dos Saint-Simon e de Proudhon como do próprio Marx, para não falar da nobre linha nacional que, vai de Antero a António Sérgio — se sinta complexado diante do localismo e sua tradição autoritária. Isto, sem falar da mais que acidentada história das experiências socialistas que revelam desta última tradição. A conciliação histórica convincente, do socialismo e da Liberdade, é hoje, para os partidos socialistas não-dogmáticos do Ocidente a palavra de ordem, a sua função essencial, e ao Partido Socialista português sobram razões para a adoptar e traduzir com actos, mais do que a qualquer outro. Da sua coragem política depende exclusivamente o auto-libertação de um partido comunista ou português, tragicamente vinculado a um tipo de combate naziquista como tinha de ser o seu contra o fascismo e hipotecado, no plano internacional, pela sua pobreza, à menos flexíveis das expressões históricas do socialismo.

Resumindo, o que poderá designar-se de dialéctica das relações prováveis entre o nosso Partido Socialista e o nosso Partido Comunista, poderia dizer-se que a função desta última é a de impedir o aburguesamento do primeiro e a do primeiro de liberalizar o segundo. Disto estão conscientes os seus líderes mais representativos e menos hipotecados pela idade ou pela actualização política a um certo arcasismo revolucionário de partido de quadros intelectuais como foi durante um certo tempo o Partido Socialista. Um partido que conta com doutrinas lúcidas como Sotomayor Candia e os jovens do G. A. P. S., com personalidades políticas de primeiro plano como Salgado Zenha, com universitários como V. M. Godinho, Paulo Quintela ou Teixeira Ribeiro, e um líder experientado, de audácia internacional, como Mário Soares, pode encorar o seu futuro com razoável confiança e suscitado da parte de todos os eleitores que desejam cortar radicalmente com o nosso sinistro passado político sem entregar toda a esperança de um futuro melhor a um partido comunista como o nosso tem fatalmente de ser — puro e duro — uma adesão e um fervor inegáveis.

Sob a bandeira soviética

O Partido Comunista e o Partido Socialista não constituem só o todo o mapa da esquerda portuguesa. Era natural que à semelhança do que acontece noutros países — e fora da "área-esquerda" a que reservamos parágrafo específico — se organizassem outras correntes que se reclamam do socialismo. Entre elas a que poderá corresponder, "grasso modo", ao Partido Socialista Unificado francês ou talvez melhor, ao grupo de "II manifesto" italiano. Quer dizer, toda uma fracção militante que considera o socialismo — e em particular o nosso — doutrinalmente pouco coerente, empírico, ou ainda em excesso impregnado de certa retórica herdada da República, e por outro lado, tolera mal o burocratismo militante, o centralismo "democrático" do Partido Comunista, muito marcado pela herança estalinista. Entre nós, esse grupo intitula-se M. E. S. O movimento da Esquerda Socialista. Negra geral, essa facção representa bem uma forma de "inteligência" da esquerda, exigente no plano teórico e doutrinário, mas relutante diante dos entores éticos graves cometidos contra o ideal socialista nos países de Leste (processos de Moscovo, processo de Praga, estagnamento da Checoslováquia, utilização de métodos administrativos contra intelectuais, etc). Sem experiência militante de base, um tal Movimento acriçar-se-ia a ser apenas a ortorefractária dos intelectuais incompatíveis com a ortodoxia marxista. A actividade militante de antigos membros de associações católicas de trabalhadores, fornece-lhes esse mínimo de credibilidade política de base. Na realidade, a vertigem da "crítica", características intelectuais, é a tentação e o elemento dissolvente desse género de movimento.

Sem base sociológica uniforme, ou pelo menos, estável, sem relação muito profunda e directa com o mundo do trabalho mais árduo (ou insuficiente), tais partidos resistem mal à contradição entre a existência geralmente "burguesa" dos seus membros, e o rigor intelectual e ético que informa a sua acção. A sua tendência é para a fragmentação em busca de uma sempre inalcançável pureza prática, como o exemplo do PSU francês o demonstrou.

Um País nu

Todavia, nos últimos anos no Ocidente manifestou-se uma notável coincidência de propósitos entre estes partidos em posse "marginal" e certo sindicalismo particularmente dinâmico (em França a CFDT), sorteados pela mesma força da auto-gestão. Do encontro do militanismo da esquerda intelectual e desse sindicalismo de antiga origem cristã, resultou uma força política nova, de perfil e futuro incertos, mas já considerável. E bem possível que em Portugal semelhante fenómeno se reproduza e não faltam líderes (entre eles V. Wangorovius, Nuno Teófilo Pereira, Benard da Costa) já experimentados e reputados, para assumir esse papel. Também não é de excluir que semelhante partido, uma vez estruturado e consciente da sua autonomia própria, não se funda, sob certas condições, na estrutura mais vasta do Partido Socialista de que poderia constituir, com os GAPS e a ala avançada. Não deixaria de ser um bem tal hipótese neste período de fragilidade democrática que estamos atravessando, ainda ameaçados pela sombra de uma direita apenas adormecida, mas sobretudo por aquele demónio português (ou ibérico) que Unamuno designou de fujinismo e que nós podemos intitular de pessimismo e que levaria cada cidadão lus, se pudesse, a formar só ele e a família, um partido exemplar.

SARAIVA, Otelo Saraiva de

Otelo Saraiva de Carvalho ao EXPRESSO:

M. F. A.-DO NASCIMENTO À VITÓRIA FINAL

Entrevista de Benjamin Formigo

TRÊS MESES após o golpe de 25 de Abril, chegou a altura de tornar pública uma história que durante meses se desenrolou na clandestinidade. Otelo Saraiva de Carvalho, o homem que planeou passo a passo as operações que se desenrolariam a 25 de Abril contou, em entrevista que concedeu ao EXPRESSO, e naturalmente de uma forma sumária — só um livro (que será publicado dentro de um ano) a poderá reconstituir integralmente — a história do Movimento das Forças Armadas, sua razão de existência e o modo como se planeou um dia decisivo na História do nosso país.

Os motivos que levaram à existência do Movimento das Forças Armadas tiveram origem num decreto-lei do ex-ministro da Defesa, general Sá Viana Rebelo. Posteriormente, a consciência de cada homem, face a uma situação insolúvel militarmente, com todas as consequências que ela acarretava ao país, designadamente ao desprestígio que pouco a pouco o ia marcando aos olhos da opinião internacional, tornaram inevitável que essa situação começasse a ser discutida nas reuniões dos oficiais. Assim se formou a bola de neve que iria aumentando até que, no dia 25 de Abril, se tornou visível àqueles que desconheciam a sua existência.

As primeiras horas da madrugada de 25 os comunicados do RCP deram a conhecer que algo estava em curso. Nas ruas de Lisboa movimentavam-se tropas. Pelas estradas do país, blindados e colunas militares progrediam sem a menor resistência até à capital. E, pela manhã, carros com um retângulo vermelho no guarda-lama ou no para-brisa circulavam do Terreiro do Paço em direcção ao Carmo e à Penha de França. A essas horas, todas as unidades do país já tinham aderido ou mantinham-se neutras.

Em pouco mais de 40 minutos a Legião rende-se. A meio da tarde o Carmo cai também. No largo Luís de Camões, milhares de pessoas aguardam a rendição da PIDE/DGS, que só se verificaria pela manhã do dia seguinte. Entretanto, à porta das prisões de Caxias e Peniche, famílias e amigos aguardam a libertação dos presos.

Ao princípio do dia 26, a JSN dá a sua primeira conferência de Imprensa. As sete horas da manhã aproximadamente o barulho de um avião sobrevoando a cidade faz erguer as cabeças: um DC-6 da Força Aérea transporta para a Madeira o ex-Presidente da República, almirante Américo Tomás, bem como o ex-Presidente do Conselho, prof. Marcelo Caetano. O facto está consumado.

Durante a tarde de 26, as primeiras manifestações em Lisboa. Oficiais do MFA e os membros da Junta acorrem a tentar resolver o sem fim de problemas que todos apresentam. Ninguém ou muito poucos teriam ficado sem resposta.

Três meses decorreram sobre esse dia. Comentar politicamente esses meses seria repetir o que muitos disseram. Cabe pois apresentar àqueles que de um modo ou de outro viveram o 25 de Abril, esperando em casa os acontecimentos ou nas ruas apoiando as tropas, gritando de alegria e distribuindo cravos, o que foi esse dia e como ele se tornou possível.

"Aqui Posto de Comando das Forças Armadas.

"As Forças Armadas portuguesas apelam para todos os habitantes da cidade de Lisboa no sentido de recolherem a suas casas nas quais se devem conservar com a máxima calma.

Esperando sinceramente que a gravidade da hora que vivemos não seja tristemente assinalada por qualquer acidente pessoal para o que apelamos para o bom senso do Comandante das Forças Militares no sentido de serem evitados quaisquer confrontos com as Forças Armadas.

Tal confronto, necessário, só criaria sérios prejuízos individuais, que criariam divisões gueses, o que há tido o custo.

Não obstante a cupação de não mínima gota de qualquer apelamos para e profissional da esperando a sua hospitais, a fim sua eventual que sinceramente necessária."



expressa preo-
fazer correr a
sangue de
português.
o espírito cívico
classe médica.
ocorrência aos
de prestar a
colaboração, o
se deseja des-



Objectivos prioritários

EXPRESSO — Quais os objectivos que considerou prioritários em Lisboa?

OTELO SARAIVA DE CARVALHO — Os prioritários foram as estações emissoras e a televisão. Tudo aquilo que fosse órgão de informação para o grande público interessava ter imediatamente na mão. Depois o Aeroporto da Portela e o de Tires; de um modo geral todos os aeroportos fora de Lisboa, para evitar fugas imediatas de capitais assim que houvesse notícia de um golpe militar. O Quartel General, principalmente como objectivo psicológico, mas não só, porque no QG funcionava uma central telefónica importante e portanto de interesse para nós; como objectivo psicológico tendo o QG na mão e anunciá-lo seria, como foi, uma prova de força. Havia também como objectivos fundamentais, com o intuito de protecção, as residências de dois oficiais gerais escolhidos para a JSN — o gen. Costa Gomes e o gen. Spínola — além das prisões políticas dado que havia a possibilidade de "passar alguma coisa" pela cabeça dos agentes da DGS e exterminarem presos políticos que os pudessem comprometer, testemunhando contra eles num futuro próximo.

EXPRESSO — Por que motivo a PIDE/DGS não foi cercada logo no início do dia?

OTELO SARAIVA DE CARVALHO — Não foi cercada logo de início, por que contava que viesse a acontecer, aquilo que na realidade aconteceu embora com alguns mortos. Quando o sucesso fosse realmente uma realidade, a PIDE cairia por si. Não havia necessidade de fazer uma provocação imediata. Se a tivéssemos feito, teria havido logo às primeiras horas da manhã uma reacção armada em parte

deles, porque eles estavam armados. Tinha verificado nas Caldas que na primeira linha da "barragem" que se formou à coluna vinda daquela unidade estavam precisamente elementos da DGS armados que não teriam pejo nenhum, estou convencido, em disparar contra os meus camaradas que vinham na coluna das Caldas. Isso deu-me a certeza de que das forças todas em jogo, aquelas que primeiro disparariam contra o MFA seriam eles. Não interessava portanto uma provocação imediata, mas sim que eles sentissem que necessitariam até da nossa protecção para se poderem salvar de toda uma ira popular que se iria virar contra eles.

EXPRESSO — Como conseguiu o Movimento escapar sempre aos olhos da PIDE?

OTELO SARAIVA DE CARVALHO — A PIDE não estava orientada no nosso sentido. Esse âmbito era da Legião. Apenas a partir da intenção das Caldas essa polícia se começou a encarregar de nós. Simplesmente, no momento andavam ocupados com casos de subversão o que nos deu a vantagem. Preparavam-se para em breve prender 22 oficiais entre os quais eu. Jogamos pois em antecipação e agimos antes deles, o que salvou tudo.

EXPRESSO — Poderemos pois dizer que houve uma grande parte de "guerra psicológica" na "operação 25 de Abril"?

OTELO SARAIVA DE CARVALHO — Sim, a guerra psicológica foi fundamental. Durante os meus três últimos anos da Guiné estive precisamente na Repartição de Acção Psicológica do Comando Chete.

A História do Movimento das Forças Armadas

EXPRESSO — Em primeiro lugar, gostaria de saber como surgiu o Movimento das Forças Armadas.

OTELLO SARAIVA DE CARVALHO — O MFA foi uma ideia surgida num grupo de jovens oficiais ao nível de majores e capitães e que teve por finalidade prioritária debater, apenas, assuntos de carácter profissional.

Surgiu quando, em Julho de 1973, o então ministro da Defesa Nacional, general Sá Viana Rebelo publicou um decreto em que permitia a ultrapassagem, na escala de antiguidades, de oficiais do quadro permanente, por oficiais oriundos do quadro de complemento em condições que os primeiros — aqueles que entraram para a Academia Militar depois de completado o 7.º ano —, consideraram ser um tanto ou quanto injustas. Além disso, havia outro aspecto que, para a maioria de todos nós, foi ainda mais fundamental. Refiro-me ao facto de esse decreto transformar o curso da Academia Militar, que havia sido equiparado a curso superior pelo ministro da Educação Nacional, prof. Veiga Simão, e tinha a duração de quatro anos, num curso que poderia ser feito em dois semestres. Este facto ridicularizava o curso, tirando-lhe toda a verdade de curso superior que ainda poderia ter.

Foi esta a gota que fez transbordar o cálice, porque havia todo um descontentamento muito grande por parte dos oficiais do quadro permanente, que não viam uma solução militar para a guerra que se estava a desenrolar em África.

Havia também uma série de condições que considerávamos que nos escravizavam e que nos transformavam numa "Guarda Pretoriana" do poder constituído.

A publicação desse decreto foi realmente o que fez, orientar a nossa acção para qualquer coisa de mais vasto, de mais amplo que as simples reivindicações de carácter profissional, e começámos a consciencializarmo-nos para uma tomada de posição muito firme, muito forte em relação ao Governo.

Em 9 de Setembro do ano passado reuniram-se como já disse, transbordar o cálice.

A partir daí começámos a reuniarmo-nos. Começámos a debater inicialmente... Fui eu até que a metivamente de ordem profissional. A certa altura, transcendemos esses problemas, e praticamente a partir de Dezembro do ano passado começámos a

numa herdade alentejana, perto de Évora, 136 capitães e subalternos. Entretanto, uns dias antes em Bissau, mais precisamente a 28 de Agosto, houve uma reunião, onde eu estive presente, na qual se decidiu elaborar uma carta que expedimos em 5 de Setembro. Fui eu até que a meti no correio... Era dirigida ao Presidente da República, Presidente do Conselho, ministro da Educação

Nacional, secretário de Estado do Exército, e ao ministro da Defesa e assinada por 55 camaradas meus. Nessa carta, batiamos-nos contra o teor do decreto publicado em 13 de Julho, e que, depois, favorecendo a posição dos majores, e continuando a desfavorecer os capitães, tinha sido alterado por um outro decreto, o 409/73, publicado a 21 de Agosto desse ano.

Os incidentes da Beira

EXPRESSO — Poderemos dizer então que o futuro da orientação do MFA, num sentido político, foi a guerra colonial.

OTELLO SARAIVA DE CARVALHO — Na realidade a base fundamental, acabou por ser a guerra que estávamos a desenvolver em África. Mas a motivação foi, sem dúvida, o teor dos referidos decretos. No íntimo de cada um — e foi esse problema que começou depois a ser francamente abordado por nós nas reuniões posteriores a 1 de Dezembro do ano passado —, estava latente o problema de África. Tomámos consciência de que era necessário resolvê-lo com urgência, porque sentíamos que a Nação estava a ser defraudada em relação a uma guerra sem sentido, a uma guerra que não

tinha qualquer nexo para nós. Sentíamos que estávamos ali a queimar o futuro do país e o nosso próprio futuro. Foi a partir dessa data que começámos a pensar em termos que ultrapassavam a simples luta contra os decretos.

Os acontecimentos ocorridos na Beira em 17 de Janeiro, em que camaradas nossos foram extremamente ensovalhados pelas populações racistas dessa cidade, trouxeram de novo à luz, e consciencializaram melhor os meus camaradas no sentido de uma luta que transcendia os citados decretos. Estava então em jogo todo o prestígio das instituições militares, sobretudo do Exército. Impunha-se, pois, a reconquista de um prestígio para o Exército, e para as Forças Armadas, que esta-

va realmente perdido perante a Nação.

A partir de 17 de Janeiro, com esse acontecimento grave dos distúrbios da Beira, originados pela morte da mulher de um fazendeiro a alguns quilómetros de Vila Peri, focalizámos a atenção dos nossos camaradas para a necessidade de entrar num campo aberto de luta contra o regime que estava constituído e que, só nos "achincalhava".

EXPRESSO — Como se fez então o 25 de Abril?

OTELLO SARAIVA DE CARVALHO — Isso é uma longa história. O 25 de Abril tinha que surgir fatalmente. Depois da espontaneidade do acontecimento das Caldas, que constituiu um extraordinário balho de ensaio, tinha que se agir.

Intentona das Caldas — uma boa experiência

EXPRESSO — A intentona das Caldas fazia parte do plano do 25 de Abril, ou foi apenas um acontecimento que, por ter surgido, se tornou útil ao planeamento do golpe final?

OTELLO SARAIVA DE CARVALHO — A intentona das Caldas não foi propriamente uma operação preparada. Estive enterado nessa história até à

testa, juntamente com mais três camaradas meus. Ela foi resultado de uma impaciência muito grande que já sentíamos nessa altura.

O 16 de Março não foi fruto de qualquer plano ou preparação. Nem mesmo houve a intenção de ali ter um "balho de ensaio" que viesse a preparar qualquer

acção ulterior. Na realidade, ele serviu-me a mim, pessoalmente, de ensaio. Aproveitei a intentona das Caldas, pois acompanhei toda a acção que tiveram as forças governamentais na sua oposição às nossas forças que tinham progredido das Caldas até Sacavém. Fiz então o levantamento de todas as reacções

que tinha havido por parte das forças governamentais, GNR, PSP, PIDE, Legião, etc... Verifiquei ainda a reacção do Governo perante essa vitória governamental em relação ao Movimento. Estes levantamentos permitiram-me, com uma segurança muito grande, planejar o 25 de Abril.

25 de Abril obra de 20 dias

O golpe do 25 de Abril foi planeado praticamente em 20 dias. Depois das Caldas sentimos a necessidade de andar muito depressa porque, se não o fizéssemos, toda uma máquina de repressão que se estava a formar para exterminar o MFA teria caído sobre nós e teríamos perdido a cartada.

Se queríamos realmente alcançar a vitória não podíamos perder tempo.

Depois do 16 de Março houve uma perturbação muito grande no Movimento. Houve quem ficasse mesmo profundamente desanimado; quem, por não estar por dentro da intenção, tivesse perdido a esperança na vitória final...

Só oito dias depois da intenção, no dia 24 de Março, é que eu e os outros camaradas da direcção do Movimento fizemos uma reunião com a Comissão Coordenadora. Nessa reunião, expliquei o que se passara e fomos fazendo o levantamento do que tinha acontecido e dos motivos por que tinha acontecido. Essa reunião animou um pouco mais os meus camaradas do Movimento. A partir daí decidimos que só haveria uma solução para a reconquista do tal prestígio, que era, sem dúvida alguma, o derrube do governo vigente. Só derrubando o Governo reconquistaríamos a nossa posição perante a Nação.

A partir desse dia, com o aval extraído dessa reunião, elaborei o plano de operações e preparei os meus camaradas. Avisá-los, então, de que, na semana que começava a 22 de Abril nós iríamos desenvolver um golpe no Estado.

As Caldas proporcionaram-me a possibilidade de saber quais as unidades com que poderíamos contar. Mas fizemos a conquista de mais algumas.

Transcrevi para essa Ordem de Operações a minha ideia de manobra e, juntamente com o planeamento e com as unidades que sabia que seriam as unidades amigas, desenvolvi toda uma campanha de preparação para a execução do 25 de Abril.

Na semana anterior ao 25 de Abril, portanto na semana que começou em 15, tive reuniões finais com delegados de todas as unidades que iam participar na acção e com o meu oficial de transmissões.

Essas unidades vieram por sectores. Tive uma primeira reunião com o oficial de transmissões. Nas noites seguintes tive reuniões com delegados do Norte, do Centro, do Sul e da Área de Lisboa e tudo ficou preparado em 22. Nesse dia estava à espera de uma última reunião para decisão de missões. Depois dela tudo ficou preparado. No dia 23, já com todas as unidades avisadas, eu praticamente carreguei no botão.

Às três da tarde desse dia avisei o meu Chefe da Equipa de Ligação do grupo da hora (dia e hora em que a acção decorreria), isto é, dia 25 DE ABRIL ÀS 11 HORAS DA MANHÃ.

Às seis horas da tarde reuni-me com todos os elementos da equipa de ligação e transmiti-lhes as últimas indicações. Dei a cada um um araxo de transmissões. Senha e contra-senha: os indicativos rádio, que foram, como é sabido, o "E Depois do Adeus" às cinco para as onze da noite e o "Grândola Vila Morena" à meia-noite e vinte e cinco, e as estações emissoras que difundiriam esses avisos-rádio.

Dadas essas últimas ordens, os meus camaradas da equipa de ligação "arrancaram" por todo o país de Norte a Sul, nas suas viaturas particulares e foram levar a cada um dos camaradas das unidades espalhadas por todo o país esses últimos elementos.

Em 24 à noite, todos os camaradas, desde o Minho até ao Algarve, que iam entrar na acção tinham em seu poder todos os elementos necessários.

1. EXPRESSO — Quantas eram as unidades com que o MFA contava inicialmente?

OTELO SARAIVA DE CARVALHO — Contava com quase todas as unidades do país. Será mais fácil falar naquelas com que se não contava.

Aquelas com que nós não contávamos eram muito poucas. Aqui havia, no entanto, várias coisas: havia as unidades amigas que eram em grande número, havia aquelas que sabíamos que se iam manter neutras — que não actuariam em caso algum quer contra nós quer a nosso favor — e havia aquelas que sabíamos que iriam actuar contra nós. Posso dizer que unidades não amigas haveria umas cinco.

EXPRESSO — Porque motivo houve dois sinais-rádio que marcariam o início das operações?

OTELO SARAIVA DE CARVALHO — Eu só queria que houvesse um sinal, e esse sinal precisava de ser dado às onze horas da noite, isto porque, tendo eu determinado que a hora H seria às três da manhã de 25, havia unidades que tinham de iniciar a sua preparação para a acção com quatro horas de antecedência. Tinham que

Continua na p. 18

Continuacião da pag. 17

pôr o assunto ao Comandante, se este reagisse tinham de o prender, depois havia que acordar os soldados, expor-lhes a situação rapidamente, municiar, armar e preparar viaturas para poder arrancar da unidade. Como estava determinado o início da acção para as três, eles tinham de saber às onze horas de 24 se entravam ou não na acção, se estava tudo a correr bem e se lhes era dado ou não o sinal de preparação de execução. Eu precisava portanto de um sinal às onze horas. Houve dificuldades em conseguir, a estação emissora que eu previa para a transmissão do sinal único — dado que o RCP transmite às horas certas para todo o país em todos os emissores e portanto ele seria transmitido de Norte a Sul — pois não havia uma confiança muito grande no locutor que estava de serviço às onze horas de 24 para utilizar os seus serviços nesse sentido. Perante esta dificuldade, que foi vista na noite de segunda-feira dia 22, lancei não de

duas estações emissoras. Uma que me transmitisse o sinal às 11 horas da noite, melhor, às cinco para as onze, para que às onze horas as unidades que necessitavam de iniciar a preparação o pudessem fazer, e um outro à meia-noite e vinte e cinco que fosse transmitido por uma estação mais potente e que indicasse a todo o país que às onze horas da noite tinha havido o primeiro sinal. Os Emissores Associados de Lisboa transmitiram pois o primeiro sinal.

Como a sua potência de saída não é muito grande, permitia atingir, pelo menos, a área de Lisboa até uns 100 quilómetros, abrangendo portanto as unidades que me interessava que fossem avisadas às onze horas. À meia-noite e vinte e cinco todas as outras unidades que não necessitavam de um tempo tão grande de preparação, tiveram a indicação através do "Grândola Vila Morena" de que o primeiro sinal havia sido transmitido e que o processo era portanto irreversível, estava tudo a andar e não havia paragem possível.

Otelo Saraiva de Carvalho ao EXPRESSO:

Do Comando do "25 de Abril"...

Processo irreversível

A partir do momento em que foi dado o primeiro sinal o processo era irreversível. Houvesse o que houvesse toda a gente tinha que ir para a frente porque às onze da noite havia unidades já profundamente empenhadas na preparação. Algumas delas tinham já prendido os comandantes. A partir do momento em que o sinal fosse ouvido, grupos de oficiais, constituídos em grupos de comandos saberiam do processo em curso, e teriam de desempenhar determinadas missões que consistiam, essencialmente, no rapto de entidades que se poderiam opor a uma livre acção das unidades que comandavam ou a que pertenciam. Infelizmente, no posto de comando, às três e pouco da manhã, começaram a chegar-me algumas dessas equipas que me começaram a dar más notícias: "Não conseguimos apanhar fulano"; "Não conseguimos apanhar..."; "Não conseguimos apanhar..."

Na verdade, de seis ofi-

ciais que eu queria que fossem raptados só um o foi. Mas como não eram acções decisivas para o êxito final não me preocupei demasiado com tal facto. Simplesmente, se essas acções tivessem tido êxito, posso garantir que todo aquele processo que se foi desenvolvendo até às sete horas da tarde, aproximadamente, do dia 25 de Abril, teria sido extremamente antecipado e o Governo tinha caído muito mais rapidamente. Aliás tinha dito, na preparação que fiz, que não dava mais de doze horas para o Governo cair. Ao fim e ao cabo foi em doze horas que ele caiu; mas esse foi o limite máximo que previ. A minha intenção inicial era pôr a JSN perante as câmaras de televisão à uma hora da tarde do dia 25. Simplesmente, como disse, não correu tudo exactamente como o previsto e houve pois um atraso que só veio possibilitar que a JSN comparecesse perante as câmaras de televisão

muito mais tarde.

EXPRESSO — Desde o momento em que as unidades saíram dos seus quartéis e progrediram em direcção à capital, elas certamente foram avistadas por, vamos lá, forças governamentais, que certamente comunicariam a sua passagem. Como se explica que nenhuma oposição se tenha verificado em relação às forças do Movimento?

OTELO SARAIVA DE CARVALHO — Oposição, sabia que não havia grandes possibilidades de se verificar. Isto por que, no tal levantamento psicológico que fiz depois das Caldas, durante os dias que antecederam o dia 25, tinha a noção nítida que não haveria forças governamentais que impedissem a marcha. A Guarda Republicana, a PSP, as Brigadas de Trânsito da GNR não impediriam a marcha porque se sentiriam extremamente fracas perante as forças do Exército. Uma coluna do exército, com to-

dos os seus homens armados de G-3 é uma força razoável, e não era uma secção da GNR com seis ou sete homens que se iria opor a uma coluna de cem ou duzentos homens.

EXPRESSO — No entanto, a GNR, como a Legião, tinham blindados que não saíam para a rua...

OTELLO SARAIVA DE CARVALHO — Não tinham blindados. Os blindados da GNR eram mais um mito do que outra coisa. A Legião tinha lá meia dúzia de "cacos velhos" que não chegou a utilizar. Não havia possibilidade de os utilizar porque não sei sequer se eles andariam. Tudo isso eram mitos. E foram precisamente esses mitos que destruí no levantamento psicológico que fiz. Esse mito existia realmente, e quando distribuí as missões aos

meus camaradas todos eles me puseram essas perguntas. "Tu estás a ser demasiado ingénuo...", "Olha que... os blindados da GNR... e as forças da Guarda..." e eu tive que lhes garantir, e vá lá, eles tiveram confiança em mim (foi a sorte disto!): "Isso é mentira! Eles não têm blindados." "Mas eles estão armados de G-3!" "Não estão, ainda não receberam G-3. Não-de receber daqui por uns tempos mas ainda não receberam."

Sabia que estavam já encomendados carros para a GNR, que não eram sequer blindados, mas carros de lançamento de granadas lacrimogêneas para a manutenção da ordem pública. Sabíamos isso tudo, portanto a segurança era total. Tive que transmitir essa minha segurança e

essa minha confiança aos meus camaradas para que eles pudessem actuar com o máximo de confiança.

Dei indicações precisas a todos os camaradas para o caso de encontrarem alguma resistência, por parte de forças armadas governamentais, que tivessem o máximo de cuidado em não disparar. Haveria uma contemporização. O comandante da coluna parlamentarista com o comandante da força opositora, explicaria a inutilidade de qualquer resistência, porque a força grande estava do nosso lado e pedir-lhe-ia que desse, pois, livre curso à coluna. Mas essas oposições não se verificaram em caso nenhum tal como previsto. Havia ordens terminantes de evitar atirar fosse sobre quem fosse.

ao Comando Operacional do Continente

E DEPOIS de uma história sumário do MFA e de como foi planeado e executado o 25 de Abril, ainda fora do conhecimento do público leitor, a conversa emcaminhou-se noutros sentidos: a presença do MFA e o COPCON.

M. F. A. no Governo

EXPRESSO — O Movimento das Forças Armadas, tem até há pouco tempo sido alvo de adesão por todos, ou quase todos os portugueses. Neste momento o MFA é directamente responsável pelo Governo da Nação com todas as suas consequências. Nomeadamente no que respecta ao programa do MFA que diz dever o Governo Português lançar as bases de uma nova política económica, posta ao serviço do Povo Português, em particular das camadas da população que agora mais desfavorecidas, tendo como preocupação imediata a luta contra a inflação e a alta estensiva do custo de vida, o que necessariamente implicará uma estratégia antimonopolista, não está certamente possível agradar a gregos e troianos. Por um lado estará uma classe trabalhadora desprotegida, pelo outro o grande capital. Gostaria de saber como encara o brigadeiro Saraiva de Carvalho esta situação.

OTELO SARAIVA DE CARVALHO — Realmente a situação é difícil para o Movimento, mas considero que neste momento é útil a sua presença no Governo, embora entendendo muito pouco que são precisamente os que a sua pergunta

implica, sobretudo no âmbito do trabalho e nas relações com o capital. Mesmo assim penso que o equilíbrio entre o capital e o trabalho, por parte do Governo em que esse método o MFA será conseguido pelos homens do movimento, pois tendo partido de nos a elaboração do programa esse equilíbrio que pede ser conseguido através do cabal cumprimento desse programa, será muito mais fácil de ser conseguido por nós que por qualquer outros elementos. Além disso a aceitação que teve perante a massa popular do MFA, leva-me a crer ser de molde a ter sempre a parte destas uma certa compreensão para as dificuldades que o governo, ou que os elementos o MFA no governo vão enfrentar. São elementos de espírito perfeitamente aberto, são democratas, que estão ali a desempenhar um modo de serviço. Estão ali quaisquer outras preocupações que não sejam velar cabalmente pelo cumprimento do programa.

EXPRESSO — Como é que encara a possibilidade de capitalizar uma reacção exactamentemente oposta ao Programa do Movimento, considerada como prioritária a protecção socio-económica das classes mais desfavorecidas com o consequente combate ao monopólio?

OTELO SARAIVA DE CARVALHO — Sou militar e foi nesse sentido que me ligou profundamente ao Movimento, na sua última fase a tudo o que foi de carácter operacional. Na sua condição de cidadão português os capitalistas, numa altura em que nos estamos a pretender recom-

struir um país novo, embora possa implicar certa perda de privilégios, estão convencidos que os levará a querer também participar activamente na reconstrução dum país que estava nas circunstâncias em que o nosso se encontrava. Portanto, acredito ser possível através do Programa do Movimento se conseguem conciliar os interesses dos grandes capitais com os interesses das massas trabalhadoras.

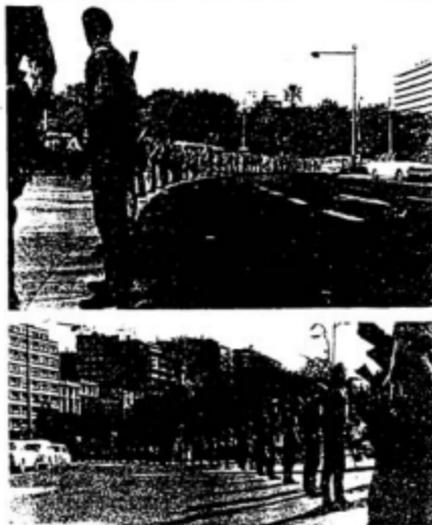
É possível também que eu seja impetuoso a ponto de considerar inviável mas tenho uma esperança de que toda uma noção de Países e de Nação que estava absolutamente perdida antes do 25 de Abril, agora seja reencontrada até por parte dos grandes capitalistas. As massas trabalhadoras encontram-na concretizada muito mais facilmente.

Comando Operacional do Continente

EXPRESSO — Como e porquê surgiu o Copcon?

OTÉLO SARAIVA DE CARVALHO — O Comando Operacional do Continente é uma sigla agora imposta a um Exército mais dinâmico, e umas Forças Armadas mais dinâmicas que nós pretendemos encontrar. O COPCON é um comando constituído todo ele por jovens oficiais actuantes. Oficiais profundamente integrados no espírito do Movimento e que têm por missão dinamizar operacionalmente todas as forças do Exército que estejam no Continente e que têm também a apoiar algumas forças da Marinha e da Aeronáutica. Uma das principais missões por exemplo, é evitar que as nossas tropas não fiquem confinadas às paredes dos quartéis à espera do toque de ordem às cinco da tarde, mas, tal como nós fazamos em África, tenhamos uma acção brilhante, aquilo que nós chamávamos uma acção psico-social junto das populações, se venha também aqui a verificar. Pois se nós temos e todo o nosso desejo é de conse-

guir uma comunhão perfeita entre o povo e as F. A., temos que tirar os nossos homens dos quartéis e pô-los em contacto com as populações, pô-los a patrulhar todo o território, ir ao encontro das populações, falar com elas, ajudá-las naquilo que for preciso, para que haja um auxílio muito grande das F. A. para o povo e para que o povo possa sempre sentir orgulho das F. A. e sentir-se amparado por elas, portanto, será uma característica do COPCON a dinamização operacional, mas em termos de saída, de acção. Tal como foi difundido o COPCON existe também como um comando que dirigirá as operações das forças do Exército e das forças de intervenção da Aeronáutica e da Marinha em todo aquilo que seja tarefa de perturbação da ordem pública. Nós queremos entrar um Exército que seja dignificado aos olhos da Nação e não será com certos abusos de que tenho tido conhecimento que o conseguiremos. Mais do que nunca nós agora devemos ser disciplinados.



Agressão estrangeira

Depois do 25 de Abril sentiu-se a necessidade imediata de controlar a situação operacional. Se houver uma agressão estrangeira ou de forças de reacção, o COPCON será de movimento as forças do Exército, e da Aeronáutica, para reprimir essa agressão. Se uma agressão estrangeira ou da reacção pretender realizar desembarques na nossa costa, o COPCON será que deslocar as forças necessárias tendentes a reprimir uma acção desastrosa.

Um caso em que foi solicitada pelo Governo a intervenção do COPCON, foi o caso da greve dos CTT. Sentiu-se pelo país um descontentamento muito grande em relação aos trabalhadores dos CTT, que é um serviço fundamental para o bem público. O Governo sentindo-se impositivo para resolver a

situação pediu-nos que actuássemos. Elaborámos um plano que permitiu pôr em funcionamento toda a máquina dos CTT então parada; incluívamos milhares de nossos do Serviço Postal Militar que em caso da recusa formal dos CTT de trabalharem em benefício da população, seriam esses homens que iriam dar vazão a todo um grande volume de correspondência e de telegramas que se estava a acumular e era necessário expedir.

EXPRESSO — Mas esta acção não se contava numa linha de repressão?

OTÉLO SARAIVA DE CARVALHO — Nunca. Não havia qual-

quer intuito de repressão. Antecipadamente, nós vamos isolar as actividades dos CTT e pedimos aos trabalhadores que se avancem ao trabalho e que não continuassem com uma greve que se traduzia em prejuízos enormes para a população. No caso de não querermos entrar um Exército, então nós interviríamos, com os nossos meios para o funcionamento dos CTT e iríamos furar naturalmente a sua greve.

EXPRESSO — Diz-se que o COPCON se destina, fundamentalmente, a intervir contra certo tipo de manifestações da extrema-esquerda e contra greves consideradas ilegais no sem sectores-chave da Economia. Que pensa sobre o assunto?

OTÉLO SARAIVA DE CARVALHO — Nas manifestações de extrema-esquerda, há sempre a tendência de alterar a ordem pública. Numa das manifestações que recentemente se realizaram no Marquês do Pombal, nós antecipamo-nos a essa manifestação com receio de que houvesse perturbação da ordem pública. Porque nestas alterações nós temos uma palavra a dizer. Nesses comícios ou manifestações há sempre a tendência de provocar o Movimento das Forças Armadas. Se somos nós que tomamos a iniciativa de fazer uma alteração do Governo e transportar o país para um estado democrático, não há razão nenhuma, pelo mes-

mo, para que os partidos considerados de extrema-esquerda venham agir contra nós.

EXPRESSO — Recentemente no Conselho de Estado, fez-se uma nova interpretação do conceito de autodeterminação inscrito no Programa do Movimento. Que pensa do assunto?

OTÉLO SARAIVA DE CARVALHO — Quanto a esse conceito está agora com um âmbito muito mais vasto. O nosso Governo fez agora uma alteração constitucional que não estava inscrito no Programa do Movimento e admite-se reconhecer o direito à autodeterminação dos povos ultramarinos em todas as suas consequências, inclusive o voto da independência. Ora isto dá muito maiores poderes ao Governo para poder muito mais rapidamente solucionar politicamente o problema de África. O Governo está portanto absolutamente disposto a conceder a independência aos povos do Ultramar. Em relação à independência imediata, não são povos que não a querem. Pretendemos o reconhecimento imediato do direito à independência para se passar uma fase que pode durar anos de transmissão de poderes, mas tudo isso num clima de amizade. Anusado que, apesar dos problemas terríveis da nossa colonização, existe e é um facto. Os partidos emancipacionistas têm boas intenções e são realmente amigos. Pelo que ouvi a meta de

conversações em Lusaka, tudo aquilo que seja de trocas para o futuro, vindo eles a ocupar posições governamentais, sejam trocas comerciais ou trocas culturais serão preferencialmente feitas com Portugal.

EXPRESSO — Como interpreta a luz dos acontecimentos recentes a situação em Angola?

OTÉLO SARAIVA DE CARVALHO — Tratou-se de um ódio racial desencadeado estupidamente em Luanda, não sei ainda por quem nem para quê. O ódio racial, e portanto, das maiores calamidades que teremos de enfrentar. O esforço real e honesto que estamos a fazer no sentido de entrarmos numa fase rápida de descolonização não é de modo a propiciar o desencadeamento desse ódio racial que neste momento é absolutamente estápido, só posso conceber-lo como forças da reacção que quiseram provocar um clima de instabilidade nas greves de Angola. Esse ódio só vai curar um fosso muito grande que pode vir a ser extremamente prejudicial para um estabelecimento de boas relações entre todas as raças.

Saraiva de Carvalho aos militares

Como Governador Militar, mas sobretudo pelas funções que desempenha no COPCON, gostaria de apelar para o bom-senso de todos os militares para que reagissem contra toda uma campanha que possa vir a ser feita, contra toda a ideia de que possa ser alvo. E que todos nós, nesta hora em que a Nação tem os olhos postos em nós, nos afirmássemos como homens dignos e que continuássemos com o espírito do 25 de Abril, perfeitamente disciplinados, perfeitamente coesos, para que consigamos levar avante o cabal cumprimento do programa que nos impusemos. Num momento em que mais que nunca a disciplina nos é necessário, vejo, com profunda mágoa alguns actos de indisciplina que só poderão vir a ser prejudiciais ao cumprimento dessa missão.

EXPRESSO — Os serviços de acção psicológica das Forças Armadas estão a fazer, ou planeiam fazer, dentro das unidades sessões de esclarecimento e mentalização das massas menos esclarecidas?

OTELHO SARAIVA DE CARVALHO — Está na realidade a ser estudado esse plano para ser posto em execução com a maior brevidade possível.

As praças, na sua boa vontade, na sua ingenuidade, poderão eventualmente aderir a qualquer ideia má ou boa e se não foram suficientemente esclarecidas podem desviar-se para um caminho realmente desagradável. Neste momento, dado que há as mais diversas reacções em jogo e os mais diversos oportunistas em campo é

necessário a disciplina, o esclarecimento e a coesão.

As Forças Armadas devem existir como uma força coesa e capaz de poder reagir a quaisquer reacções contra o Programa do Movimento.

EXPRESSO — Paralelamente a essa acção de esclarecimento não terá também que haver uma acção de saneamento nas F. A.?

OTELHO SARAIVA DE CARVALHO — Esse saneamento das F. A. como aliás em todos os sectores públicos tem que ser levado a cabo e estamos a trabalhar nesse sentido, embora isso possa vir a causar prejuízos muito grandes porque neste momento é conhecida a falta de quadros eficientes em militares e sargentos que nós temos para dar vazão a tudo. Mas preferimos arrotar com todas as dificuldades tremendas que possam surgir, de vagas que irão ser criadas, de uma maior insubordinação de quadros para as necessidades dos serviços actuais, a manter ao serviço do Exército elementos que podem ser negativos.